

Editorial

Maria Lúcia Rosa Stefanini¹

A realização deste BIS sobre a Humanização tem o propósito de compartilhar com os profissionais e equipes de saúde das distintas instâncias do SUS variadas interpretações desse tema e as conseqüentes ações que vêm sendo introduzidas no cenário da política de saúde.

O primeiro texto deste número, "*Por que humanização?*", da autoria de Daphne Rattner, contribui para o entendimento desse novo paradigma de relacionamento entre prestadores e receptores de assistência, ao resgatar a origem da palavra humanização e as diversas dimensões em que pode ser apreendida. A autora introduz os enfoques que são abordados nos artigos subseqüentes e evidencia a responsabilidade de todos os atores no processo de humanizar o atendimento e a assistência à saúde: profissional de saúde, instituições governamentais e não governamentais, definidores das políticas de saúde, conselhos de saúde e usuário do sistema. A seguir, Izabel Rios, coordenadora do Núcleo de Humanização da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, expõe o conceito que a SES adota e apresenta as diretrizes do Ministério da Saúde recentemente definidas para a execução da Política Nacional de Humanização.

As mais diversas possibilidades do entendimento do significado desse tema seguem expostas nos demais artigos deste BIS. Na seqüência, são apresentados quatro artigos que focam a humanização num sentido amplo: a dor e a humanização; a necessidade de mudanças nas relações inter-pessoais entre os trabalhadores da saúde e a população usuária do sistema e como reorientar as práticas educativas para humanizar a assistência; a defesa da homeopatia como instrumento para o movimento da humanização do cuidado à saúde; a necessidade de rever os princípios mecanicistas que passaram a moldar o pensamento humano e a sociedade e resgatar o respeito e os direitos dos cidadãos na gestão da administração pública.

Este BIS conta ainda com um artigo que coloca a humanização como contraponto à violência como resultado da deterioração dos propósitos humanos e da perspectiva de vida em comunidade. Em seguida, o artigo de Carlos Botazzo retoma a dimensão conceitual de humanização, trazendo elementos históricos e filosóficos e provocando reflexão crítica em torno do tema e de sua relação com as instituições públicas.

Seguem cinco textos relacionados ao parto e nascimento: as conquistas alcançadas com as políticas públicas na humanização da assistência ao recém-nascido e as responsabilidades que as esferas do governo ainda precisam assumir; o Método Mãe Canguru como estratégia de humanização das UTI neonatais, com a inclusão da participação da família nos serviços de atenção ao bebê de baixo peso; o direito do acompanhante no parto; a importância do novo profissional no processo de humanização do parto, a doula.

Na seqüência, são apresentadas experiências bem sucedidas de humanização da assistência ao parto e nascimento: na maternidade do Hospital Universitário de Santa Catarina, no Hospital Leonor Mendes de Barros em São Paulo, nas maternidades municipais do Rio de Janeiro, no Hospital Sofia Feldman de Belo Horizonte e no Hospital Geral de Itapeverica da Serra, São Paulo.

O leitor encontrará também uma recomendação de leitura, conforme apreciação do livro "Humanização das relações assistenciais: a formação do profissional de saúde", na resenha de Sandra Maria Greger Tavares. Finalmente é apresentada a proposta da disciplina "Cuidar em Saúde", no curso de Pós-Graduação em Infecções e Saúde Pública, da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa.

Endereços eletrônicos e informações pertinentes ao tema encontram-se disponíveis no final deste número. A pertinência da abordagem do tema Humanização é referendada pela quantidade e densidade dos textos que compõem este número do BIS.

O Instituto de Saúde, ao incumbir-se dessa publicação, ao somar forças com a sociedade para difundir o objetivo da humanização, procura contribuir uma vez mais para o aprimoramento do sistema de saúde. Amplo espaço foi percorrido pelo SUS nesses poucos mais de dez anos, estendendo a cobertura e a integralidade da atenção. A fronteira agora é apresentar ao cidadão serviços e atenção em saúde de qualidade, como preceitua a própria idéia de cidadania: exigência sustentada de melhoria da vida em sociedade. ■

¹ Diretora do Instituto de Saúde da Coordenação dos Institutos de Pesquisa-SES/SP